

INTRODUÇÃO AO ESTUDO CRÍTICO

DO DISCURSO EDUCACIONAL

Ingo Voese

*Quando a gente nasce, nasce bom, puro e justo.
Isso eu li em Rousseau mas também já senti na carne. Nas muitas
purradas que vieram, depois. Mas, imediatamente, sem a menor*

humildade, nos informam que isso é sujo e aquilo é limpo, que isso é certo e aquilo é errado, que isso é azul e aquilo é vermelho, que isso é mentira e aquilo é verdade. Cada lição é um cacto plantado no coração e outro no cérebro. Quando a gente cresce já tem dentro de si uma enorme plantação de espinhos entre o real e o verdadeiro. O verdadeiro está escondido: é sujo, é porco, é desonesto, dói. O real é maravilhoso, é lindo, é o progresso, a ordem, a época automática, o homem senhor da natureza. (WOLFF, Fausto, em *Matem o Cantor e Chamem o Garçom*, RJaneiro, Codecri, 1978:167)

O DISCURSO EDUCACIONAL

Todo e qualquer discurso que ocupa um determinado espaço de circulação na formação discursiva que tece a convivência humana, só se justifica e mantém pelo fato de possuir um objeto próprio e específico.

O discurso educacional, porque se constrói a partir de uma concepção do homem, coloca uma questão muito séria, se se observa que ele pode ser o instrumento mais eficiente para instalação e consolidação de mecanismos de seleção de que a sociedade se vale para agrupar indivíduos de tal forma que minorias podem dominar maiorias, ou outras minorias, para usufruir de privilégios cada vez maiores. O discurso educacional nos diz dos processos necessários que o indivíduo deve atravessar até que seja "formado" e se aproxime do conceito inicial que dá origem ao discurso. Estes processos são essencialmente lingüísticos: é a palavra o instrumento básico através do qual os homens se relacionam entre si e com o mundo, construindo-se à procura de melhores condições de vida. [O discurso educacional, na nossa sociedade, só tem autorização para circular à medida em que os limites de sua significação são estabelecidos e legitimados através da instituição.

Ora, qualquer processo de legitimação implica na seleção e fixação de determinados valores, e na exclusão de qualquer outro tipo de julgamento. Isso conduz ao exercício de um poder que segrega formas diferentes de significar os homens e o mundo, fechando as possibilidades de o homem construir-se livremente como indivíduo, ou, pelo menos, impede que todos os homens tenham acesso aos significados que poderiam construirlos.

Toda a vez que se abre um espaço institucional

para um discurso, e se isso significa ultrapassar uma função descritiva para alcançar uma proposição de respostas valorativas em termos de certo e errado, construindo-se assim, formas de comportamento institucionalizadas, cria-se também a possibilidade de se instalar a dominação de um homem sobre o outro.

O discurso, então, aceito pela instituição, passa a ocupar todos os espaços, de tal forma que se apresenta, afinal, como o único verdadeiro. Passa a assumir característica de linguagem especializada, disfarça a sua força sob o manto de uma pseudo-neutralidade e, uma vez ritualizado, afasta toda e qualquer convivência com o discurso leigo: instala-se a verdade dos que exercem o poder da instituição em detrimento das verdades daqueles submetidos ao poder. É a repressão. A dominação se viabiliza quando um discurso institucionalizado não admite a convivência, em termos igualitários com outros.

Uma das formas de afastá-los é a utilização da lei, uma outra, o acatamento da norma.

"A lei, através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos." (COSTA, J.F.-1978:50).

Esta exclusão de outros possíveis discursos nem sempre se dá, porém, através de gestos imediatamente perceptíveis, como o uso da lei e a aceitação da norma. O discurso dominador se instala, na maioria das vezes, sutilmente, começando, por exemplo, por perguntar da capacidade de um discurso leigo poder ser verdadeiro, principalmente devido à fruidão lógica de sua linguagem. Isso permite vislumbrar o acontecimento da instalação do discurso do especialista possivelmente como o primeiro sinal de uma elitização, isto é, a dominação de uma minoria.

Assim, o discurso educacional que se instala em uma série de instituições da nossa sociedade, como a família, a escola, a igreja, o exército, etc., precisa ser descrito em termos do que aflora em sua superfície, e do que lhe subjaz em silêncio, a fim de que possamos perceber com clareza os efeitos que produz no homem.

Parece que o discurso educacional que se abriga nas instituições, embora de aparência humanista, vale-se, na realidade, dessa aparência para reforçar seus poderes de diluição do indivíduo. Esse falso humanismo tem a função de mascarar os reais objetivos do discurso da instituição. Apresenta-se, com frequência, na escola, em discursos de datas festivas (Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Criança, etc.) e a-

presenta enunciados com significado tão amplo e generalizante que, na verdade, não diz quase nada, mas se presta a quase tudo. São expressões como "juventude, esperança do país", "mãe, rainha do lar", "pai, segurança da família", "educação, o supremo investimento da sociedade", "escola, a outra família", "desenvolvimento harmonioso das potencialidades", etc. que compõem uma imagem que, de tanto ser repetida, passa por verdadeira e, na maioria das vezes, encobre os esquemas mais violentos e reacionários de desumanização.

Quando, na verdade, a família, a escola e a igreja procuram uma integração eficiente, em termos de fixação das margens nocionais desse discurso pseudo-humanista, os caminhos para que o indivíduo possa descobrir-se e assumir-se como pessoa, estão literalmente bloqueados. Instaure-se o processo de diluição do homem, embora as aparências digam o contrário. E esse processo já inicia no meio da família quando nasce um homem.

Não está o indivíduo despreparado para sobreviver? Pois bem: enquanto buscar proteção na família, recebe tratamento de acordo com a condição de dependência, obedecendo aos pais. É chamado de criança, ou de dependente. Por isso, sua rendição (ou submissão) deve ser incondicional. Quer dizer, o indivíduo coloca-se por inteiro dentro da realidade já significada pelo grupo. Não há nenhuma permissão, por exemplo, para refazer experiências significativas e básicas para a vida. Impõe-se-lhe um modelo da realidade, sem abrir a possibilidade de que ele venha a adotar um outro em seu lugar.

O mesmo esquema se repete nas outras instituições: na escola, o indivíduo entra ignorante e assim continua até a hora de abandoná-la, devendo, por isso, submeter-se; na igreja é recebido como um pecador perdido, cuja salvação depende não tanto da palavra de Deus, mas de seguir a interpretação do religioso; no exército, fica sabendo o que deve fazer para defender o grupo dominante de sua pátria contra os de outras pátrias.

Na família, a "verdade" está sempre com os pais que, através da persuasão ou da imposição, acabam oferecendo um tipo de discurso que instala o medo, que, por sua vez, é condição para a ação da escola, da igreja e outras instituições. A partir das características do discurso da família, outros, parecidos e com objetivos idênticos, mas em níveis diferentes, poderão ser construídos.

Na escola, a "verdade" reside no discurso do professor. Não há nem mesmo grandes preocupações com a propriedade e adequação dos conceitos ou com a fidelidade das in-

formações. Há, isso sim, uma preocupação em instalar mecanismos que possam levar à reprodução de relações sociais e à preservação do "status quo" do grupo dominante. É preciso vigiar e prevenir o acontecimento aleatório, a nova significação, a desmitificação, o gesto desobediente e destruidor de uma ordem estabelecida.

A "verdade" que se encontra na igreja é divulgada pelo teólogo: há técnicas de interpretação e formas de buscar a "verdade" divina que garantem ao teólogo a autoridade para se fazer obedecido. Da mesma forma como no discurso da escola, o da igreja não parece concentrar sua força no conteúdo das palavras. Não? Como, pois, se explica que não produza os efeitos que as suas palavras sugerem? É a linguagem bíblica anacrônica ou é preciso controlar a sua força com uma interpretação bem comportada? Talvez se pudesse dizer que a interpretação ocupa, hoje, no ritual litúrgico, uma posição mais destacada do que a própria palavra de Deus.

Enfim, as instituições envolvidas com a educação do homem, utilizam basicamente os mesmos mecanismos: a premiação e a punição, cuja consequência é sempre o medo. E o medo leva à obediência cega e à dominação. Evidentemente, as palavras criança, ignorante, adulto, pecador, culto, cristão, patriota, etc., vão ser delimitadas quanto ao seu campo nocional de tal maneira que se consolide uma situação sócio-cultural já existente e que não coloque em risco quem nela encontrou uma acomodação privilegiada.

O discurso educacional, então, como o conhecemos hoje, exige que o indivíduo, para que possa ser aceito na comunidade, em primeiro lugar, perceba que ele, por si só, não é nada e que não há verdades a descobrir - basta buscá-las nas palavras que as instituições abrigam. É preciso, pois, que o indivíduo aprenda a submeter-se, saiba obedecer, isto é, aceite seguir o que já existe como um discurso verdadeiro, legitimado como único. Educar é ensinar a obedecer. E, uma vez consumado esse objetivo, as condições para que se instale a dominação são ideais porque o próprio indivíduo, pela vida afora, já introjetou os mecanismos como legítimos. Teve que aceitar (e passou a admitir) ser apenas uma criança, um ignorante, um pecador, um inútil à "pátria". Conquanto seguir as significações colocadas à sua disposição pelas instituições, a sua vida será tranquila e a premiação, uma certeza. O homem se dá conta, afinal, de que, à margem do discurso institucionalizado, não tem nenhum valor, e, então, se nega a si e se prostitui, em troca de status e de comodidade.

É a repetição persistente desse tipo de discurs-

so que acaba por fazer com que o próprio indivíduo dominado (e preparado pelo discurso para sê-lo) passe a defendê-lo como único legítimo (e, às vezes, de forma mais violenta do que o dominador). A sua luta contra a dominação passa a ser em termos de fugir dela para então passar a exercê-la. Não há muitas possibilidades, devido aos efeitos produzidos pelo discurso educacional, de que venha a propor, objetivamente, a eliminação da situação "dominador x dominado", mesmo porque não há consciência plena da dicotomia, que, inclusive passa a ser aceita como natural e irreversível. Não são raros os exemplos em que os jovens recriminam outros de sua idade, quando estes, numa atitude corajosa e consciente, enfrentam pais e professores, no esforço de construir a sua verdade. Há, no jovem repressor, um zelo às vezes tão grande que é indistigável o espírito de barganha que o aciona. É exatamente esta premiação material da nossa sociedade que, na maioria das vezes, acaba por conquistar (e destruir) a consciência do indivíduo.

Pode parecer estranha tal colocação, mas o discurso educacional não realiza, na verdade, este tipo de jogo, em que o premiado é sempre obediente e acomodado?

Como pode, porém, um discurso produzir tais efeitos? Seguindo que tipos de processos pode um discurso assumir a característica humanista e ser exatamente o oposto?

Esse discurso, que tem a forma de um monólogo, será denominado monológico.

O DISCURSO EDUCACIONAL: MONOLÓGICO OU DIALÓGICO?

Se educação é comunicação e se se quer descobrir, com alguma margem de segurança, aquilo que viria, afinal, a caracterizar o discurso educacional como monológico, ditatorial ou como dialógico, talvez fosse recomendável observá-lo a partir do conceito de comunicação de Paulo Freire e da abordagem feita por Siegfried Ried Schmidt (1978) e Ducrot (1977) às pressuposições e aos implícitos.

Para Freire, comunicar "*é comunicar-se em torno do significado significativo* (1975:67), é a *Coparticipação dos sujeitos no ato de pensar*" (1975:66).

Esse ponto de vista encontra, de certa forma, apoio na concepção que Schmidt tem das pressuposições implícitas no ato comunicativo, especialmente as que ele denomina de

pragmático-semântico-referenciais. Nestas "o locutor faz suposições implícitas sobre os sistemas correlatos (modelos de realidade, universos textuais, sistemas referenciais sócio-culturais) que podem ser referidos aos elementos do texto, (por exemplo, para decidir-se, se num determinado lugar do texto, cabe "democracia" ou "dominação partidária"). É esta classe de pressuposições que define o modelo de realidade (= mundo real possível), no qual o enunciado de um texto tem sentido" (Schmidt, J.S., 1978:112).

O importante, em Paulo Freire (mas que nem Schmidt nem Ducrot dizem) é que o ato comunicativo é co-participação, isto é, não há, a priori, privilégio de um determinado modelo de realidade sobre o outro. O que Schmidt denomina de "sistemas correlatos", em Freire não devem ser entendidos como de número limitado (ou delimitado), mas como uma possibilidade sempre nova em cada indivíduo.

Quer dizer: para que se concretize uma relação de comunicação entre interlocutores, é preciso que, além de se valerem do mesmo sistema lingüístico, conheçam e aceitem o modelo de realidade de cada um que, a partir das posições ideológicas, pode, evidentemente, apresentar profundas diferenças.

Assim, aceitando que educação é comunicação e que esta é co-participação que exige domínio de uma série de pressuposições e regras, tentamos descrever manifestações concretas do discurso educacional vigente para verificar se ele conduz à comunicação e se assume a forma de um discurso unidirecional e monológico, ou se é dialógico.

Seguramente podemos alistar certos tipos de procedimentos discursivos que se fazem presentes nas instituições ocupadas com a educação do homem.

Há imposições que não podem ser discutidas, mentiras que devem passar por verdades, apelos que devem quebrar a resistência, coações que assustam, ameaças que reprimem, interrogatórios que buscam confissões, ironias que destroem e menosprezos que estabelecem hierarquias.

Estes procedimentos poderiam ser considerados como formas explícitas de o discurso preparar o indivíduo para aceitar a relação de dominação.

Há, porém, ainda um outro procedimento (implícito) que, embora se realize dentro das margens de um discurso, se vale de um acontecimento encontrado em todas as instituições: o ritual. É ele que permite que se instale o mito, porque, segundo Warat (1979:131) "o ritual pode ser visto como a sintaxe do mito, de tal sorte que, sem ele, não se possa pensar na produção de uma significação mística."

Assim, podemos arrolar dois tipos de procedimentos institucionais que se apresentam, no discurso educacional, de forma explícita ou implícita. Ambos são condição para aceitação dos pressupostos do elemento dominador, ou seja, para a imposição do modelo de realidade de um dos interlocutores como único aceitável.

Em outros termos, os procedimentos explícitos citados e o de mitificação fixam as bases de um discurso monológico. Ambos os tipos de procedimentos fazem circular o medo e a ignorância. Evidentemente, o discurso dialógico exigirá do indivíduo exatamente o contrário: a coragem, a crítica, o conhecimento, a confiança.

Tanto na família e na escola, como também na igreja, o discurso monológico/mitificador, quando se vê ameaçado, vale-se ora de um, ora de outro procedimento, com intensidade e rigores maiores, como uma forma de autoreconduzir-se. Ou as ordens, as mentiras, as coações, etc., são intensificadas, ou então, as exigências em termos de cumprimento e observação de um ritual se tornam mais insistentes.

1 - PROCEDIMENTOS EXPLÍCITOS DE REPRESSÃO:

O indivíduo aprende desde pequeno a conviver, na família, com uma linguagem repressiva. À medida em que, por sua situação de dependência, a criança for aceitando a repressão em troca de uma certa proteção física e um certo espaço de movimentação que cria a falsa noção de que uma pessoa é livre e autônoma, a sociedade pode estar descansada porque, em geral, vai receber um elemento submisso e disposto a concessões em troca de certas satisfações materiais.

Dito de outra forma, cabe ao indivíduo deixar-se levar dentro dos limites discursivos apreendidos e acomodar-se sempre a novos discursos, de outras instituições, em que podem ocorrer diferenças de ordem semântica, mas que se repetem quanto à manutenção da relação de dominação.

Se na família, o indivíduo se vê como um ser indefeso e que precisa dos pais (adultos) para sobreviver, na escola, ele adentra e lhe provam que é ignorante, enquanto que na igreja é recebido como um pecador condenado e que precisa ser salvo a qualquer preço e concessões. Na realidade, para que possa ser educado (e salvo), é preciso que o indivíduo aceite submeter-se a um protótipo, cuja característica principal é ser manobrável com facilidade.

Assim, pois, é possível alistar alguns enunciados bem típicos desse tipo de discurso repressor e instalador de dominação:

1.1-Na Família:

X Ordens/Imposições:

- Vá lavar as mãos!
- Não rasmungue!
- X Fica quieto!
- Não toque aí!
- Não corra!
- Escute a mãe!

X Mentiras:

- X -Se não dormir cedo, o Papai Noel não traz brinquedos.
- Não estrague isso que te mato de laço!
- Se não ajuntares os brinquedos, ponho no lixo.
- Não anda descalço que vais ficar doente.
- Não come grão de fruta que cresce na barriga.
- Teu pai (mãe) nunca foi desobediente assim.

X Apelos:

- Por favor, volte sem se machucar.
- X -Pelo amor de Deus, volte sem sujar a roupa.

Coações:

- Se você continuar a me incomodar, vou morrer cedo.
- Se você não comer tudo, mamãe vai embora de casa.
- Se não obedeceres, não tem TV!
- Só ganha sobremesa se comer tudo.
- Se você não acabar com isso, vai acabar me enlouquecendo.

X Ameaças:

- X -Olha que eu chamo o pai...
- Olha o trovão: o Papai do Céu está brabo contigo...
- Para com isso se não chamo o lobo mau...
- Deixa a professora saber disso...
- Olha que a polícia te pega...

Interrogatório:

- Que é que você andou fazendo?
- Onde esteve até agora?
- Quem tirou isso daqui?
- É certo um filho discutir com os pais?

Ironia:

- Como você é um filho educado!

Menosprezo:

- Ah! Se você fosse filho meu, eu não sairia à rua.
- Burro! Cuidado para não cair de quatro!
- Ainda bem que não são todos como você...

1.3-Na Igreja:

Ordens/Imposições:

- Diga amém: -Repita comigo...
- Não cometa este pecado! -Ajoelha!
- Levanta!

Mentiras:

- É preciso sofrer na terra para merecer o paraíso após a morte.
- Se você não vier à igreja, Deus te castiga! Você não será salvo.
- Só Deus sabe quando as transformações devem acontecer...

Apelos:

- Venha e salve a sua alma.

Coações/ameaças:

- Olha o inferno! Isso é coisa do diabo!
- Quem é de Deus não se porta assim! O mundo está perdido!
- Deus há de te castigar sem piedade!

Interrogatório:

- Você andou pecando?
- Você reza regularmente?
- Tem se comportado como manda Deus?
- Quem é você? (E a confissão: "Eu, pobre e mísero pecador...")

Ironia:

- Deus devia estar desatento quando te criou...
- Assim, só falta você ser canonizado...
- Que bela figura: nenhum pecado! ...

Menosprezo:

- Jesus Cristo teria vergonha de andar em sua companhia.
- Nem fazendo penitência todo dia, até o fim da vida, o homem é digno de Deus.
- O homem é apenas um mísero e pobre pecador.

Há ainda (e estas são as formas mais freqüentes de se impor) as interpretações tendenciosas, como, por exemplo, "Jesus quis dizer isso... e isso..." etc.

Observe-se que nas três instituições, o direito de iniciar o discurso, de propor os seus limites significativos, de indicar os valores correspondentes, de interrogar, cabe sempre à figura central que, de uma ou outra maneira, fala a voz da instituição. Esta figura (seja o pai, o professor ou o teólogo) centraliza um poder discursivo que não é dela embora o exerça como se o fosse. Segundo Foucault, de todas as formas explícitas de dominação, o processo interrogatório-confissão é o mecanismo que melhor controla, nas instituições, o discurso transgressor. Quem interroga e depois escuta e se cala? O dominador. Quem recebe a ordem, fala e se expõe? O dominado.

Parece, pois, que a verdade está com o dominado. Não é, porém, a confissão uma forma de se expor à circunscrição, à delimitação, à censura?

Quem tem o poder vai determinar os limites nacionais de uma verdade. A verdade é, portanto, a consequência de uma estratégia do poder. E no discurso se articulam poder e verdade. Não é que o discurso seja uma instância em que o poder se resguarda (tanto que pode ser instrumento ou efeito do poder), mas é através do controle da sua verdade que se viabiliza o exercício do poder.

Sempre há, pois, na instituição, a figura daquele que ocupa a função de controlar o jogo da verdade, ou seja, cumprir a estratégia do poder. Isso só acontece, porém, porque um outro procedimento cria as condições. É o procedimento implícito ou de mitificação.

2 - PROCEDIMENTO IMPLÍCITO OU DE MITIFICAÇÃO

Para entender o procedimento mitificador que se faz presente no discurso das instituições ligadas à educação do homem, adotaremos o conceito de mito de Warat, ou seja, "*produto significativamente congelado de valores com função socializadora, um discurso cuja função é esvaziar o real e pacificar as consciências, fazendo com que os homens se conformem com a situação que lhes foi imposta socialmente, e que não só aceitem como venerem as formas de poder que engendraram essa situação*" (WARAT, L.A., 1979:128-129).

O mito, pois, é a cristalização de um significado dentro do discurso, fenômeno que evitará a presença de uma

crítica inquiridora das "verdades" das palavras.

Esse discurso mítico não tem, porém, uma circulação garantida por si só. É necessário que se apóie no rito, pois "... o ritual pode ser visto como a sintaxe do mito, de tal sorte que, sem ele, não se possa pensar na produção de uma significação mítica." (WARAT, 1979:130)

É, assim, o ritual que se verifica na família, na escola, e na igreja o acontecimento que permite que as "verdades" divulgadas pelo discurso institucional se apresentem como justificadas, ou mesmo, inquestionáveis. O processo de cristalização de significados funda o discurso repressivo e anti-crítico, e de tal forma o consolida que a grande maioria dos indivíduos acredita estarem nele contidas verdades definitivas e legítimas.

O ritual deve ser entendido, pois, como um tipo de discurso que subjaz a outro, mas que confere a este as condições de simular os seus processos de fixação e de delimitação dos significados que deverão circular na sociedade.

Em outros termos, é através do ritual das instituições que um grupo dominante impõe a sua ideologia e inscreve, como legítimos, os valores que lhes garantem o poder.

É preciso, quando se trata de instalar um discurso monológico, em primeiro lugar, fazer com que os indivíduos aceitem o ritual.

A crença no ritual tira do homem a capacidade de perceber determinados efeitos dele (do ritual) que poderão produzir determinada linguagem persuasiva. A crença inibe no indivíduo a capacidade de análise e de crítica.

"Na prática, os efeitos realizam-se mediante um ritual que se efetiva a partir do reconhecimento da crença no ritual. O ritual tem a função de legitimar a premissa maior, a crença estereotipada."

Através do mesmo, o discurso retórico converte-se em discurso mítico. Isto porque o ritual não permite perceber nem reconhecer a crença estereotipada, mas a faz presente ao determinar uma única cadeia conotativa possível para o raciocínio." (WARAT, 1979:150)

A que ritual se refere, porém, Warat? Que procedimento mitificador se instala a partir de que tipo de ritual?

Ducrot (1977:16) diz que "o ato de tomar a palavra não é, com efeito, ao menos nas formas de civilização que conhecemos, nem um ato livre, nem um ato gratuito."

Existe, na verdade, um controle rigoroso não só sobre o que se diz, mas sobre quem diz e sobre a ocasião em que

se diz. Estabelece-se uma hierarquia de sujeitos-falantes e uma esquematização das ocasiões e circunstâncias, o que vai, afinal, regulamentar todos os atos discursivos que viam a acontecer. Há, pois, na nossa sociedade, tipos de controle que Foucault chama de proibições: *"Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: tem-se aí o jogo de três tipos de proibições que se sobrepõem, que se reforçam e se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar."* (FOUCAULT, M., 1973:1)

Embora possa dar a entender, muitas vezes, que a circulação livre dos diferentes tipos de discursos seja real, a nossa sociedade, valendo-se apenas de um dos procedimentos citados, reforça seu sistema de controle. Ou não é esse o caso do discurso da oposição em regimes ditatoriais? Se não se pode controlar o teor do discurso que, de uma ou outra forma, esteja sendo exigido pela época, seleciona-se o sujeito-falante. Isso pode permitir que se diga não haver ninguém interessado em "falar" o tipo de discurso exigido, ou de selecionar um falante tão notoriamente hipócrita que a incoerência entre os significados de sua fala e os gestos de sua vida venham a destruir todo e qualquer poder que, porventura, o discurso pudesse abrigar.

E se os dois procedimentos de controle não puderem ser viabilizados, há o terceiro, talvez o de maior eficácia.

Quando fala especificamente do ritual, como uma forma de controle ou de restrição significativa do discurso, Foucault diz:

"A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar tal posição e formular tal tipo de enunciado); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de sinais que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das falas, seu efeito sobre aqueles a quem se dirigem, os limites de seu valor constritor." (FOUCAULT, M., 1973:5)

E todos esses elementos de um ritual se acrescentam ao significado literal dos enunciados do discurso como implícitos de extremo poder. O implícito, embora se apresente à luz imediata da compreensão como é o caso do ritual, pode passar por não dito e, por isso, indiscutível e verdadeiro.

É justamente a situação de estar implícito que

permite ao ritual não ser objeto do ato de reflexão crítica, o que, em outros termos, representa uma forma de resguardar seu poder. O implícito "*beneficia-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio.*" (DUCROT, O., 1977:20)

Assim, o ritual nas instituições rege um processo de mitificação em dois níveis: 1-da realidade;

2-do sujeito-falante.

O que se pode observar é que um discurso mítico não diz a realidade, esconde mais do que revela, silencia sobre o que é essencial, resguarda-se da inquirição e da reconstrução contínua da verdade. E, enquanto assim se instala na instituição, moldando e selecionando os indivíduos, os sujeitos que proferem o discurso educacional emergem, eles próprios, como mitos. Ou não é verdade que o pai, o professor e o teólogo, quando na sua função, não podem ter sua fala discutida? Qual é o filho que recebe incentivo pra discutir com o pai? Qual é o aluno que tem permissão para pôr em dúvida a fala do professor? Qual é o leigo que pode desfazer de uma interpretação do teólogo? Quem, numa ditadura, pode fazer um discurso de oposição e ser coerente, na sua vida diária, com o que diz?

Quando, pois, pai, professor e teólogo passam a adotar o discurso educacional dominante, passam também à condição de pessoas que "sabem", e muito bem, o que é certo e errado. Ora, se saber é ter poder, e se seu saber vem do discurso vigente, o pai, o professor e o teólogo devem ser considerados figuras que ocupam uma das posições mais importantes da sociedade: dirigir o ritual destinado a enquadrar os indivíduos na relação de dominação.

A educação do homem, via família-escola-igreja, se processa, pois, essencialmente através de um discurso em que, verificados os dois tipos de procedimentos, a relação de dominação parece sustentar todo o sistema. Deve-se dizer que esse discurso é monológico. O seu contrário será o discurso dialógico.

O DISCURSO DIALÓGICO

Na tentativa de romper com o discurso educacional monológico, encontra-se a proposta de Paulo Freire, que, no mínimo, deve ser encarada como uma alternativa que abre um amplo espaço para novas perspectivas diante de problemas atuais.

Sendo a educação um processo discursivo, este deve ser dialógico porque, segundo o pedagogo citado, "*existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.*" (FREIRE, P., 1977:92)

E conclui, a seguir, que "*ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais.*" (IDEM, 1977: 93).

O discurso educacional dialógico se funda a partir da problematização de uma situação real. Se há um educando, é da situação dele que se fala, é dela que se origina o discurso dialógico, porque só, então, falando o problema de sua realidade, o indivíduo vai poder dizer a sua palavra, vai poder construir a sua verdade junto com o educador. Ao educador caberia a função de alimentar o discurso dialógico, que se pretende construir, com as informações que colheu em outros discursos oriundos de outras experiências problematizadoras.

Na verdade, ninguém constrói seu modelo de realidade, seu discurso, do nada. Assim, é razoável o homem receber uma série de informações das instituições ligadas à educação, o que lhe deve fornecer as bases nocionais para sobreviver. Isso, porém, não deve representar o sacrifício da individualidade do homem em termos de obrigá-lo a submeter-se a um código rígido de regras, ou de sujeitá-lo ao medo e à inércia. Há um momento, na vida do homem, cujo espaço cronológico não se pode fixar com precisão, em que ele quer e deve assumir-se. Para que possa fazê-lo, o discurso educacional que o acompanhou até então, deve ter permitido ao educando a construção ou adoção livre de um modelo de realidade, ou seja, um discurso com limites nocionais e com uma moral escolhida pelo sujeito-falante.

O discurso dialógico constrói-se, evidentemente, em torno de um objeto. No caso da situação educacional, o objeto é um problema que afeta diretamente o educando.

À medida em que os problemas são formalizados e recebem a contribuição de educador e educando, solucionados ou não, eles dão lugar a novos problemas, a novas formalizações. É, de tal forma o conjunto de objetos/problemas de um discurso dialógico educacional vai se organizando, obedecendo a uma espiral cada vez mais abrangente, que afinal todo um universo se transforma em discurso para os participantes do diálogo. É a palavra, pois, que viabiliza as relações entre interlocutores e a realidade em que vivem.

Segundo Paulo Freire, a palavra do discurso dialógico é, ao mesmo tempo, ação e reflexão. Esta dimensão do si-

gno lingüístico permite dizer que aquilo que Ducrot e outros lingüistas apontam como "temas inteiros proibidos e protegidos por uma espécie de lei do silêncio." (DUCROT, O., 1977:13) ou o que Foucault (1977) chama de processo de seleção de sujeitos-falantes, são, na verdade, instrumentos de dominação de um sistema agindo via instituição/discurso para legitimar uma semântica e manter-se.

A ação a que Paulo Freire se refere, é a própria produção da palavra e do gesto coerente que a ela deve se ligar. Diz respeito ao direito de qualquer indivíduo fazer uso da palavra que não seja de ordem descritiva apenas, mas argumentativa, e de viver segundo a sua verdade.

Significa, ainda, essa dimensão de um discurso, que a valorização do indivíduo não leva necessariamente à destruição do grupo social. Pelo contrário, a reflexão proposta como elemento constituinte do ato comunicativo, pressupõe um conjunto de, pelo menos, dois interlocutores para enriquecimento do campo nocional e para uma aproximação mais segura do conteúdo verdadeiro de um significado. É uma proposta que valoriza o indivíduo, sem que funde um projeto individualista.

É mesmo de se perguntar se não foi a aceitação e a preservação do discurso institucional monológico, em termos históricos, que, de certa forma, levou o discurso tecnocrata a um esvaziamento humanista, ou, pior, a problemas que, por seus próprios meios, não consegue resolver. É de se perguntar ainda se o discurso monológico tradicionalmente cultivado como o único a preservar, via instituição, a sociedade humana, não a exaure exatamente das forças renovadoras que, mal ou bem, até hoje ainda permitiram ao homem equacionar situações existenciais. A eliminação do discurso do indivíduo criativo e transformador não será também a morte da sociedade?

Não basta, porém, solicitar do discurso educacional as condições para que o indivíduo possa ser ele mesmo, fora de um contexto social. O conceito de subjetividade de Paulo Freire ultrapassa a dimensão dicotômica sujeito-objeto e que poderia privilegiar o indivíduo isolado. Não é suficiente possibilitar ao indivíduo que argumente, ou seja, que se apossa de um discurso argumentativo. O fundamental é que haja sempre para cada sujeito que fala, outro sujeito que fala, isto é, não há argumentação ou reflexão isolada, mas no grupo no qual a ação do indivíduo seja estipulada em condições de igualdade com outros componentes da sua coletividade.

Na realidade, a proposta de Paulo Freire, abre perspectivas para a destruição do processo de mitificação, o que o discurso argumentativo por si só, não garante.

Se argumentar é também persuadir e se a persuasão é uma tentativa de fazer aceitar modelos de realidade, há, aí, também um processo de mitificação, mesmo porque, o ato de argumentar envolve a aceitação de determinados padrões de pensamento socialmente aceitos como legítimos.

"O problema, por si só, não legitima o argumento como significativo porque se revela impossível resolver um problema sem recorrer a fortes hábitos mentais. No comportamento decisório e na compreensão do problema, os esquemas de pensamento socialmente legitimados são os principais que regulam o funcionamento de ambas as práticas. Os problemas resolvem-se a partir de estereótipos culturais e neles se encontra o elemento que estabelece o reconhecimento ideológico, claro que aludindo e iludindo". (WARAT, L.A., 1979:147 e 148)

A reflexão no ato comunicativo deve, pois, necessariamente, requerer uma leitura ideológica dos padrões argumentativos na tentativa de desmitificar, isto é, de não permitir que se crie a impressão de verdade provada e definitiva, quando se sabe que ela, a verdade, é apenas consequência de um jogo de estratégias.

Enfim, se a palavra é ação-reflexão, o ato comunicativo que se constrói com sua participação, deve ter implícita a pressuposição de ruptura que:

- 1-garantirá ao indivíduo fugir do sistema de distribuição institucional dos "sujeitos-falantes";

2-permitirá que a reflexão renove conceitos e idéias;

3-denunciará o processo de mitificação que acompanha a circulação do discurso institucional;

4-valorizará o ato individual de significação, banindo o medo e criando o respeito pelo já existente e pelo novo.

ESQUEMATIZAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS DISCURSOS MONOLÓGICO E DIALÓGICO

DISCURSO MONOLÓGICO (Ditatorial/Tecnocrático):

1- A palavra é só ação e legitimada por posições sociais

- ou por uma hierarquia institucional.
- 2- A palavra incorpora valores que determinam condutas. Os significados e os valores vêm determinados por uma elite.
 - 3- O indivíduo ou é sujeito ou é objeto.
 - 4- O discurso monológico submete o indivíduo a uma série de procedimentos de exclusão, restrição, proibição, etc. e não se oferece para discuti-los.
 - 5- O sujeito que fala não pode ser contestado. Como não precisa defender suas idéias, ocorre um imediato relaxamento no cuidado da precisão da linguagem quanto à sua adequação à realidade.
 - 6- Reprime a transformação da sociedade humana.
 - 7- O autor, porque recebe o discurso já delimitado pela instituição, não precisa assumir a responsabilidade pelos efeitos de suas palavras. Há uma transferência de responsabilidade para algo um tanto vago como sistema, conjuntura, etc.,
 - 8- Gera a hipocrisia e o uso impróprio da linguagem.
 - 9- Traz implícitos os mecanismos de ódio, da violência, do medo e da acomodação.
 - 10- Aniquila o indivíduo e, por isso, a sociedade. Só privilegia grupos minoritários.
 - 11- Informa e determina o que fazer com a informação.
 - 12- Coage, mente, engana e reprime.
 - 13- Impõe um modelo de cultura.
 - 14- O discurso é mitificador. O processo utiliza o ritual para criar o mito.
 - 15- Não há lugar para a ruptura, não há crítica. Policia os possíveis rompimentos do status quo, não colocando em discussão os axiomas que fundam o discurso.
 - 16- É alienante.
 - 17- Vale-se do processo de interrogatório-confissão.
 - 18- Sendo argumentativo, vale-se (e só é aceito) de padrões de pensamento, socialmente legitimados como únicos possíveis.

DISCURSO DIALÓGICO

- 1- A palavra é ação-reflexão. O direito de falar e refletir o significado das palavras é de todos os homens.
- 2- A palavra não tem seu significado e seu valor cristalizados. É ação-reflexão contínua. E, por isso, a con

- duta dos indivíduos pode ser constantemente renovada, fruto do encontro de sujeitos.
- 3- O indivíduo é sujeito-falante sempre. Não há o indivíduo-objeto.
 - 4- À medida que a palavra é ação-reflexão, os próprios mecanismos ordenadores de seleção, de restrição, etc. dos discursos são objeto da reflexão.
 - 5- O sujeito que fala pode ter contestadas as suas idéias, mas pode, também, defendê-las. Isso o obriga a cuidar quanto à propriedade e adequação da linguagem a uma realidade.
 - 6- Acelera as modificações das estruturas sociais que se tornarem anacrônicas.
 - 7- O sujeito que fala é responsabilizado pelo que diz.
 - 8- Abre condições para um jogo comunicativo franco e transparente.
 - 9- Aciona o impulso do amor, da cooperação e da participação corajosa.
 - 10- Valoriza o indivíduo e a sociedade. Não oferece privilégios nem à maioria nem a minorias.
 - 11- Informa e propõe à discussão a utilização da informação.
 - 12- Liberta e respeita,
 - 13- Revisa criticamente os modelos de cultura.
 - 14- Há um constante processo de desmitificação. Não há um ritual.
 - 15- Funda-se no conceito de ruptura. Estimula a transformação. Leva o processo crítico até a discussão dos axiomas fundantes do discurso.
 - 16- É conscientizador.
 - 17- Não solicita a confissão do interlocutor como objetivo de dominá-lo.
 - 18- É aberto a novos padrões de argumentação.

CONCLUSÃO

O discurso institucional revela-se, pois, como o conhecemos nos dias de hoje, destituído das condições que possibilitam o exercício da subjetividade. Não lhe são conferidas funções transformadoras. O grupo social dominante não dá ao discurso institucional uma função reveladora, no sentido de uma relação autêntica e coerente com a realidade: a sua circulação deve, ao contrário, fazer passar por realidade aquilo que

ela não é, mas que garante o poder a determinado grupo de indivíduos. Enfim, o discurso institucional ao prestar-se ao processo de mitificação da realidade, esconde também a verdade, o seu estatuto e as conseqüências deste, no sentido como Foucault a concebe:

"A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro." (FOUCAULT, M., 1979:12)

Há, porém, alguma ligação entre esta verdade e o mito, construído com o auxílio do ritual?

"A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada mas sim suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por meio de mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método." (FOUCAULT, M., 1979:114-115)

A luta por um tipo de discurso diferente em que se exerça a subjetividade, como o que propõe Paulo Freire, envolve um processo de libertação, um conceito de liberdade. E ser livre não significa apenas ter o direito de construir o seu discurso - é também permitir a fala dos outros, é dar espaço para a circulação de vários discursos verdadeiros.

Assim, em outros termos, se a verdade é algo que se produz dentro de uma determinada estratégia, a palavra que educa, solicita, enquanto ação, o direito de todos poderem falar, e, enquanto reflexão, o direito de refletir sobre essa verdade produzida.

Talvez se possa acrescentar que o que é um direito, também é um dever de ação e um dever de reflexão.

Isso tudo significa, em termos de processo educacional, ampla liberdade de opção do educando quanto a adotar determinado modelo de realidade, com o compromisso, porém, de respeitar outros modelos.

Enquanto, porém, a família e a escola escolherem, como ponto de partida de sua ação, um modelo apriorístico da realidade, e condicionarem o educando a aceitá-lo como único verdadeiro, estar-se-á, na verdade, preparando ou um dominador ou um dominado.

Por isso, obrigar o indivíduo a frequentar tal tipo de instituição é, no mínimo, um aviltamento da sua consciência.

Quando, na família e na escola, o educador está realmente disposto a aceitar as pressuposições implícitas no discurso do educando? Em que momento a condição fundamental do exercício da subjetividade, a ruptura, é permitida?

Na sala de aula, se há muitos alunos, é preciso que as ordens, as mentiras e o interrogatório, instrumentos do discurso monológico, sejam mais frequentes. Elas conduzem ou a uma desordem cada vez maior (desmotivação) ou ao medo, ao silêncio da inibição, situações que solicitam, novamente interfe-rência de instrumentos repressores.

O discurso monológico funda a relação de dominação, exatamente porque, tanto o indivíduo do grupo dominante como o do dominado introjetam os mecanismos de opressão através de um processo repetitivo, em termos de "eu sou uma criança", "eu não sei nada", "eu sou um pecador perdido" etc. Para fugir de nada, é preciso adotar um discurso institucional.

Em oposição a este, o discurso dialógico se propõe, num primeiro momento, desalojar dos oprimidos e dos opressores os mecanismos de dominação introjetados. Sem essa condição, a de romper com significados e valores cristalizados, mantida a relação de dominação, não há como esperar por um homem transformador. E uma das idéias introjetadas é a de que só o discurso do especialista se presta à construção de uma verdade.

Ora, a presença do discurso do especialista (tecnocrata) nas instituições de hoje, significa, no fundo, um instrumento de controle mais rígido dos discursos. As instituições, quer dizer, o grupo dominante, melhoram a eficiência de sua ação, e expulsam do seu convívio o discurso leigo. O saber é especializado, e só esse saber tem relação com o poder: um tipo de verdade sustenta a dominação, dentro de uma estratégia adequada e eficiente.

Não é, porém, a única forma de impor um discurso dominante: quando, em nossa sociedade, rarearem as condições para manterem um determinado tipo de discurso monológico em circulação, isto é, quando os medos ameaçarem diluir-se e, com isso, a obediência cega, é preciso que se criem novos motivos, novos objetos de repressão. Isso quer dizer que, primeiro, se alimenta o desejo do indivíduo para, num momento seguinte, controlá-lo. Faz-se necessário abrir um espaço onde o desejo do indivíduo se manifeste porque, só então, revelado e descoberto, ele pode ser controlado. E, em geral, a repressão em deter

minhada área permite, pelas vinculações que mantêm o desejo, que seja exercida e reforçada em outras áreas, como se, uma vez instalada e "justificada", quisesse fechar todas as frestas por onde pudessem aparecer os traços particulares do indivíduo.

É importante fazer falar o que se quer proibir. Os tipos de discursos que devem ser silenciados, devem, primeiro, deixar de ser clandestinos, para depois serem circunscritos e codificados.

É o caso, por exemplo, da sexualidade. Embora se possa pensar que a época é de libertação, todo o discurso da sexualidade ainda se movimenta entre limites rigorosos estabelecidos tanto na família, como na escola e na igreja. Na família e na escola há todo um esquema que se organiza em torno de algumas questões como: "por que falar em sexo?", "quem deve falar?", "onde se fala?", "que pontos de vista adota?", "quais as instituições que abrigam uma fala sobre o sexo?". Foucault sustenta em "História da Sexualidade I" (1977) que o controle da sexualidade é o controle político do corpo.

É preciso controlar as forças (que a prática do sexo poderia consumir) para que se possa exigir mais trabalho.

A igreja, por sua vez, especialmente através da confissão, *"inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo, pelo crivo interminável da palavra."* (FOUCAULT, M., 1977:24)

O objetivo era, através da interdição e proibição de certas palavras moralizar o que era nojento e vil: o sexo deveria tornar-se algo útil à sociedade.

Enfim, o que ocorre na sexualidade, se verifica em todas as áreas em que o indivíduo poderia encontrar condições para se revelar: há um estímulo à manifestação e depois o aparecimento dos discursos reguladores que dizem e silenciam, isto é, que falam a lei mas escondem o gesto controlador.

A aparente liberalização da censura representa muito mais do que a aceitação de uma nova moral: significa o incentivo à manifestação do discurso marginal (ou individual) para então fixar os processos de controle. O poder não quer suprimir, quer controlar.

Assim, por exemplo, a liberação da censura pode ensejar outra censura reforçada e multiplicada em sua ação castigadora; um movimento de contestação estimulado (entre os estudantes, por exemplo) pode levar ao fechamento de todo e qualquer canal de manifestação; uma estratégia política mal traçada por uma intelectualidade pode representar um amordaçamento de toda e qualquer atividade inteligente de uma geração ou de várias gerações.

Enfim, os procedimentos de que o grupo dominante se vale, na sociedade que conhecemos hoje, para impor como legítimo o seu discurso, vão desde o emprego da força até a criação sutil de um clima de insegurança quanto ao certo e ao errado contido no discurso leigo. Vão desde a aparente liberação da censura até a veiculação de um falso compromisso com a justiça social ou uma moral, como diz Foucault:

"A burguesia não se interessa pelos loucos mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil mas pelo sistema de poder que a controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não têm importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, segregam, punem e reformam o delinquente." (FOUCAULT, M., 1979: 186). O mesmo se poderia dizer sobre o uso e o controle dos tóxicos: na verdade, a preocupação policial da sociedade não se dirige no sentido de evitar a destruição do jovem (em geral, contestador), mas volta-se para a organização e controle dos mecanismos repressores, o que, evidentemente são coisas bem distintas.

E, especialmente, é preciso lembrar que o poder produz um discurso e se mantém através da legitimação, da constante busca de adaptação às novas circunstâncias e da força de reprodução desse discurso. É um discurso de verdade, mas de verdade tática, comprometida com o que não é dito. E, embora possa, na sua aparência, distribuir benefícios a todos (como é o caso do discurso tecnológico), só é a poucos que ficam reservados os direitos de por e dispor de seus próprios destinos.

Por isso tudo, o discurso que circula nas instituições ligadas à educação deve merecer uma revisão, o que significa, a revisão do próprio sentido da instituição.

Só assim, talvez, revigorado o discurso do indivíduo, se possa promover o reencontro do homem consigo mesmo e com os outros, e dizer como Sartre:

"Queremos a liberdade pela liberdade e através da cada circunstância particular. E ao quisermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente da liberdade dos outros, e que a liberdade dos outros depende da nossa." (SARTRE, J.P., 1970:261)

BIBLIOGRAFIA

- CASSIRER, Ernest - 1972 - *Linguagem e Mito*, S.Paulo, Perspecti
va.
- COSTA, J.F. - 1978 - *Ordem Médica e Norma Familiar*, Rio
de Janeiro, Graal.
- DUCROT, O. - 1977 - *Princípios de Semântica Lingüística*,
S.Paulo, Cultrix.
- FOUCAULT, M. - 1977 - *História da Sexualidade I - A vanta-*
de de Saber; R.Janeiro, Graal.
- - 1979 - *Microfísica do Poder*, R.Janeiro, Graal.
- - 1973 - *A Ordem do Discurso*, Ijuí, Fidene.
- FREIRE, P. - 1975 - *Extensão ou Comunicação*, 2ªed., R.Ja
neiro, Paz e Terra.
- - 1977 - *Pedagogia do Oprimido*, 4ªed., R.Jane
iro, Paz e Terra.
- SARTRE, J.P. - 1970 - *O Existencialismo é um Humanismo*, Lis
boa, Presença.
- SCHMIDT, S.J. - 1978 - *Lingüística e Teoria do Texto*, S.Pau
lo, Pioneira.
- SEARLE, J.R. - 1977 - "The logical Status of Fictional Dis
course", *New Literary History*, vol.
VI, nº 2: 319-332.
- WARAT, L.A. - 1979 - *Mitos e Teorias na Interpretação*, P.
Alegre, Síntese.